

PMDB define suas metas na Constituinte

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Está em fase de redação no PMDB um documento contendo princípios básicos que as bancadas do partido deverão adotar na nova Constituição, com ênfase no plano social. Dentro de uma semana ele será divulgado. Mais do que um roteiro, esse elenco de definições fundamentais pelas quais os peemedebistas deverão lutar significará uma satisfação à opinião pública.

Ulysses Guimarães tem-se reunido com os líderes e com representantes dos diversos grupos do PMDB, recolhendo opiniões e sugestões. A idéia é demonstrar que o partido não se desligou de seus compromissos reformistas maiores, apesar de, apoiando e integrando o governo, colher os naturais desgastes determinados pela crise e as dificuldades econômicas. O documento reafirmará a necessidade da reforma agrária, definindo sua amplitude, abordará a reforma urbana, sustentará a necessidade de melhor distribuição de renda e de correção das injustiças sociais. Também exortará a volta à estabilidade nos empregos, à participação dos empregados nos lucros das empresas e à diminuição da carga fiscal sobre os assalariados. Tratará do direito de greve e da proteção das minorias.

Trata-se de uma satisfação ao eleitorado que votou maciçamente nos candidatos do partido, em 15 de novembro, e, segundo pesquisas, se encontra desiludido com sua atuação. Sendo o maior suporte político-parlamentar do governo, o PMDB aceita e até defende certas medidas conjunturais e impopulares, mas se desgasta com isso. O elenco de definições fundamentais será uma espécie de compromisso para buscar soluções definitivas e progressistas capazes de integrar a nova Constituição.

Embutido na iniciativa está o desejo do comando peemedebista de mostrar identidade e independência. As crises verificadas no País não são decorrência da aplicação da política ou da doutrina do PMDB. O partido está solidário com o presidente José Sarney e até gostaria que ele se aproximasse dos postulados contidos em seu programa e em suas receitas, durante tantos anos anunciados. Em vez de a discussão ficar fechada nesse círculo, melhor será reafirmar aspectos fundamentais da pregação partidária, que, se não podem ser adotados de imediato pelo governo, deverão constar da nova Constituição.

Acresce, no caso da Assembléia

Nacional Constituinte, que o PMDB não preparou nenhum anteprojeto. Assim agiu conscientemente, tendo em vista o fato de que cada deputado ou cada senador é livre para votar como bem entender, independentemente de sua sigla. Não há fidelidade partidária nem voto de liderança, nas constituintes. O que não impede a enunciação de princípios maiores, agora elaborados em decorrência de entendimentos conduzidos pelo próprio Ulysses Guimarães e seus líderes. O que reafirmaria perante a opinião pública a estratégia maior do partido.

A hora não é de pressionar o presidente José Sarney. Bem que o PMDB gostaria de vê-lo aplicando, em gênero, número e grau, as receitas do partido em todos os setores da atuação governamental. Vivemos um sistema presidencialista, no qual o presidente, apesar de seus compromissos partidários, não se subordina à decisão dos partidos. Diante do agravamento da crise, as posições se dividem. A direção nacional continua mantendo seu apoio ao ministro da Fazenda, mas alguns governadores exigem sua cabeça. Ficar girando nesse círculo seria trazer a crise para dentro da legenda, com sérias consequências. Assim, a solução encontrada é fugir para a frente. Definir compromissos para a redação da nova Constituição e obter que a grande maioria das bancadas possa adotá-los.

É possível que os princípios fundamentais em elaboração abordem também a economia, mas a ênfase, por enquanto, vai para o campo social.

Em termos políticos, o PMDB não se pronunciará de maneira oficial sobre, por exemplo, o sistema de governo. Parte de suas bancadas continua fascinada pelo parlamentarismo, ainda que Ulysses Guimarães e os líderes preferam o presidencialismo, mesmo com algumas adaptações. Alguma coisa em que o papel e os poderes do Congresso possam ser mais ressaltados, se bem que mantidas as eleições presidenciais diretas e concentradas o comando maior do Estado em mãos de quem for eleito.

Quanto ao problema do mandato do presidente da República, não há definição do PMDB. Poucos defendem a manutenção dos seis anos, muitos falam em quatro, mas poderá prevalecer o meio-termo, da volta aos cinco anos estabelecidos desde a Constituição de 1946. O consenso está em que esse tema não poderá ser resolvido de antemão. Será preciso, primeiro, uma definição em torno do sistema de governo.

C.C.

ANC 88
Pasta 08 a 15
Abril/87
101